

Nos termos do artigo 137.º do Código do procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

23 de Maio de 2006. — O Director Nacional-Adjunto, *Manuel da Conceição Ferreira*.

Despacho n.º 11 952/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do despacho n.º 11 088/2006 (2.ª série), do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro, de 2 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2006, subdelego no director nacional-adjunto na Directoria do Porto, licenciado Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães, no director nacional-adjunto na Directoria de Coimbra, licenciado Pedro Alexandre do Carmo Martins Fernando, no director nacional-adjunto na Directoria de Faro, licenciado Guilhermino Ferreira da Encarnação, na coordenadora superior de investigação criminal, a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal de Setúbal, licenciada Maria Alice Teixeira Pinto Fernandes, no coordenador de investigação criminal, a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal de Portimão, licenciado Gonçalo de Sousa Amaral, no coordenador de investigação criminal, a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal do Funchal, Augusto José Calado de Oliveira, na coordenadora de investigação criminal a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal de Aveiro, licenciada Maria do Céu Varandas Fernandes, no coordenador de investigação criminal, a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal de Braga, licenciado José Pedro Mendes Leite Machado, no coordenador de investigação criminal, a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal da Guarda, licenciado Mário Rui Henriques Bento, no coordenador de investigação criminal, a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal de Ponta Delgada, Afonso Manuel Pinto Oliveira e no coordenador de investigação criminal, a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal de Leiria, licenciado Carlos Nunes Gomes, competência para autorizar despesas de empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços, nos termos dos artigos 4.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante de € 49 000.

Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticado no âmbito dos poderes agora subdelegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

23 de Maio de 2006. — O Director Nacional-Adjunto, *Manuel da Conceição Ferreira*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 6385/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) de 12 de Maio de 2006:

Cláudia Sofia Mota Ribeiro — nomeada na categoria de técnica de 1.ª classe de anatomia patológica, citológica e tanatológica da carreira de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro único de pessoal do INML, precedendo concurso interno de acesso geral para exercer funções na delegação do Porto. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Aviso n.º 6386/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal de 12 de Maio de 2006:

André Alexandre Lobo Lopes Castro, Gabriela Maria Moura Vasconcelos Lima e Paula Isabel Landeiro e Melo — nomeados, precedendo concurso interno de acesso geral, na categoria de especialista superior de 1.ª classe, da carreira de especialista superior de medicina legal, do quadro único de pessoal do INML, para exercer funções na delegação do Porto. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Aviso n.º 6387/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) de 12 de Maio de 2006:

Elisa Pereira de Jesus Rodrigues e Sandra Manuela Gil Sousa — nomeadas, precedendo concurso externo de ingresso, na categoria de técnico ajudante de 2.ª classe de medicina legal, da carreira de técnico ajudante de medicina legal do quadro único de pessoal do INML, para exercer funções na delegação de Lisboa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 11 953/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 24 de Maio de 2006, designei a técnica de justiça-adjunta Ana Isabel Viegas Simão Alonso para exercer funções de secretariado no meu gabinete, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com efeitos reportados a 13 de Janeiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Maio de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Aviso n.º 6388/2006 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Maio de 2006 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso de delegação de competências conferida pelo despacho n.º 20 946/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 4 de Outubro de 2005, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º e das alíneas a) e b) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, obtido o parecer prévio favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma:

Vítor Manuel Silveira Traguedo, mecânico de frio principal, com vínculo de nomeação definitiva ao quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Alentejo — reclassificado como motorista de ligeiros, escalão 6, índice 204.

17 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 6389/2006 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 2 de Maio de 2006:

Maria da Conceição Fernandes Pinheiro Ramos, técnica superior de 2.ª classe do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte/gabinetes de apoio técnico — autorizada a transferência para o quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte, com efeitos desde 2 de Maio de 2006. Assinou termo de aceitação de nomeação na mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Maio de 2006. — A Administradora, *Margarida Azevedo*.

Gabinete de Relações Internacionais

Aviso n.º 6390/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal deste Gabinete com efeitos a 31 de Dezembro de 2005.

Os funcionários dispõem do prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para apresentar reclamação ao dirigente máximo do serviço.

22 de Maio de 2006. — O Director, *Nuno Lacasta*.

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Despacho n.º 11 954/2006 (2.ª série). — 1 — No uso da faculdade que me é conferida pelo despacho n.º 1/CD/2006, de 10 de Janeiro, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro, do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Março, e dos artigos 36.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego:

1.1:

No director regional do Norte, engenheiro António José Matos da Silva Teles, e, nas suas faltas e impedimentos, na chefe de divisão de Obras, engenheira Rosina Maria Guimarães de Sousa Guedes;

No director regional do Centro, engenheiro Jorge Manuel Fernandes de Lopes Dias, e, nas suas faltas e impedimentos, no adjunto, engenheiro António Jorge Maia Saldanha;

No director regional de Lisboa, engenheiro José Júlio de Campos Santos Coração, e, nas suas faltas e impedimentos, na assessora, engenheira Estela Anjos Franco Santos;

Na directora regional do Sul, Dr.ª Maria Amélia Sertório Rita Vieira;

No adjunto do director regional de Santo André, Dr. Luís Manuel Sousa Coelho de Oliveira;

competências para:

- a) Conceder prorrogações gratuitas e prorrogações legais de prazos que impliquem despesas cujo valor acumulado não exceda o limite das suas competências delegadas para autorização de despesas;
- b) Autorizar adjudicações de projectos cujo valor não exceda o limite das suas competências delegadas para autorização de despesas;
- c) Nomear comissões inerentes ao concurso e realização de empreitadas e fornecimentos de obras públicas;
- d) Autorizar a suspensão temporária de trabalhos e homologar autos de consignação, suspensão de trabalhos, recepção provisória e definitiva de empreitadas e fornecimentos de obras públicas, bem como aprovar os respectivos planos de trabalhos e contas finais;
- e) Nomear comissões inerentes aos procedimentos a desenvolver para a encomenda ou obtenção de projectos;
- f) Aprovar os cálculos de revisão de preços que decorram da aplicação do contrato ou da lei;
- g) Autorizar a realização de trabalhos de revisão, manutenção e reparação de elevadores integrados no património do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), dentro do limite da competência delegada para a realização de despesas;
- h) Autorizar a realização de procedimentos com vista à adjudicação de obras ou a aquisição de serviços de conservação corrente de edifícios ou de fracções do património do Instituto e a respectiva adjudicação, bem como de obras de redistribuição de fogos, até ao montante de € 4987,98;

1.2 — No director do Gabinete de Informática e Planeamento, Dr. João Frederico Rydin, competências para autorizar despesas relativas a aquisição de bens e serviços até ao limite de € 4987,98.

2 — No uso da faculdade que me é conferida pelo despacho n.º 1/CD/2006, de 10 de Janeiro, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro, e dos artigos 36.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego:

2.1:

No director regional do Norte, engenheiro António José Matos da Silva Teles, e, nas suas faltas e impedimentos, na chefe de divisão de Gestão, Dr.ª Maria Odete Rodrigues da Silva Teixeira;

No director regional do Centro, engenheiro Jorge Manuel Fer-

mandes de Lopes Dias, e, nas suas faltas e impedimentos, no adjunto, engenheiro António Jorge Maia Saldanha;

No director regional de Lisboa, engenheiro José Júlio de Campos Santos Coração, e, nas suas faltas e impedimentos, na licenciada, assessora principal, Dr.ª Maria Fernanda Marques de Jesus; e

Na directora regional do Sul, Dr.ª Maria Amélia Sertório Rita Vieira;

competências para, na sua área de actuação, assegurar a gestão corrente do património habitacional, designadamente:

- a) Fixar e ou actualizar e homologar rendas e prestações e determinar a respectiva emissão, de acordo com os critérios fixados por lei ou definidos superiormente, bem como rectificar e homologar o valor de rendas técnicas e aprovar e homologar o prego técnico dos fogos em regime de renda apoiada;
- b) Autorizar mudança de titularidade no arrendamento, permitidas por lei ou decididas por sentença judicial;
- c) Autorizar permuta ou transferência de agregados familiares, nos termos da lei;
- d) Autorizar a amortização antecipada de fogos de propriedade resolúvel, nos termos da lei;
- e) Autorizar o pagamento de dívidas de rendas e seus acréscimos de lei dos regimes de renda social ou apoiada ou de dívidas de prestações de propriedade resolúvel, quando o contrato tenha sido convertido em arrendamento, através de contratos de regularização de dívida;
- f) Decidir, nos termos da lei, a passagem do regime de propriedade resolúvel ao de arrendamento, quando tal resulte de sanção legal por falta de pagamento das prestações;
- g) Autorizar reembolsos de importâncias relativas a cobranças indevidas de rendas e prestações;
- h) Autorizar a exoneração de pagamento de prestações de propriedade resolúvel, nos termos da lei;
- i) Autorizar, de acordo com os limites fixados pelo conselho directivo, despesas relativas a tarifas de conservação de esgotos, consumos de electricidade e de água das partes comuns dos edifícios habitacionais e de outros edifícios ou fracções do IGAPHE, manutenção de elevadores e equipamentos electromecânicos destes edifícios e condomínios;
- j) Autorizar a celebração das escrituras de compra e venda de fogos atribuídos em propriedade resolúvel;
- k) Emitir declarações de cancelamento do ónus de inalienabilidade, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 288/93, de 20 de Agosto;
- l) Autorizar a propositura de acções judiciais com fundamento na falta de pagamento de rendas, falta de residência permanente, cedência ilícita ou ocupação ilegal e, bem assim, autorização para confissão, desistência ou transacção judicial.

2.2 — No adjunto do director regional de Santo André, Dr. Luís Manuel Sousa Coelho de Oliveira, competências para:

- a) Autorizar mudança de titularidade no arrendamento, permitidas por lei ou decididas por sentença judicial;
- b) Fixar e ou actualizar rendas e prestações, de acordo com os critérios fixados por lei ou definidos superiormente;
- c) Autorizar, nos termos legais ou superiormente estabelecidos, o pagamento de dívidas de rendas e seus acréscimos de lei em fracções mensais;
- d) Autorizar reembolsos de importâncias relativas a cobranças indevidas de rendas.

3 — Fica revogado o despacho n.º 1/MS/2004, publicado sob o n.º 2884/2006 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de Fevereiro de 2006.

4 — O presente despacho é de aplicação imediata, ficando ratificados todos os actos praticados no âmbito das competências abrangidas por esta subdelegação pelos dirigentes atrás referidos no período de 1 de Maio de 2006 até à data da sua publicação.

19 de Maio de 2006. — O Vogal do Conselho Directivo, *Manuel Albuquerque e Sousa*.